

31/07

VIDAS SECAS E A “PARÁBOLA DO FILHO PRÓDIGO”: UM CASO DE INTERTEXTUALIDADE?

Ana Paula Fiore (UNIFRAN)

Maria Flávia Figueiredo (UNIFRAN)

“É essencial tomar o texto como um evento comunicativo no qual convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais”
(BEAUGRANDE, 1997, p. 10)

Introdução

Por pertencerem a gêneros distintos, muitos poderiam pensar não ser possível estabelecer uma relação entre a parábola bíblica “O Filho Pródigo” e a obra *Vidas Secas*¹, de Graciliano Ramos. No entanto, de acordo com os postulados da Linguística Textual, um texto não existe nem pode ser compreendido isoladamente, ele sempre dialoga com outros.

Portanto, a partir da leitura da parábola contida no Novo Testamento do Evangelho de Lucas e da obra modernista da literatura brasileira escrita por Graciliano Ramos, procuraremos relacionar textos que, contudo, carregam uma intertextualidade oculta.

Utilizando a intertextualidade, que pode ser considerada um eficaz instrumento na leitura e apreensão de textos, tentaremos aprimorar a maneira de se trabalhar tão significativo conceito – uma vez que ambas as obras já foram quase que exaustivamente trabalhadas e analisadas em dissertações de mestrados e teses de doutorados, seja pelo viés da sociologia, da análise literária ou da teologia – priorizando a continuidade dos estudos desenvolvidos na área da Linguística Textual.

¹ *Vidas Secas* foi lançado originalmente em 1938 e é considerado o romance em que Graciliano Ramos alcança o máximo da expressão, condensa as melhores características do autor, revelando-se mais humano. O que impulsiona os personagens no romance é a seca, áspera e cruel, em paralelo à instável ligação afetiva, que se refletem de forma esperançosa naqueles seres em retirada, à procura de meios de sobrevivência e de um futuro. (cf. RAMOS, 1978, p. 163-165)

1 A intertextualidade pelo viés da Linguística Textual

Para compreendermos melhor as noções relacionadas à intertextualidade, que é o foco deste estudo, precisamos nos remeter à Linguística do Texto

De acordo com Bentes (2002, p. 252) a Linguística Textual é, hoje, compreendida como a “disciplina essencialmente interdisciplinar em função das diferentes perspectivas que abrange e dos interesses que a movem”.

Outras noções relevantes da Linguística Textual nesse período, diz respeito ao contexto (genericamente o conjunto de condições externas à língua, e necessário para a produção, recepção e interpretação de texto) e à interação (pois o sentido não está no texto, mas surge na interação entre o escritor/falante e o leitor/ouvinte).

A Linguística de Texto decorre de uma nova concepção de língua (não mais um sistema virtual autônomo, um conjunto de possibilidades, mas um sistema real, usado em determinados contextos comunicativos) e de um novo conceito de texto (não mais encarado como um produto pronto e acabado, mas como um processo, uma unidade em construção).

Conforme Marcuschi (2008, p. 71-72), os textos são fenômenos linguísticos que vão além da frase e constituem uma unidade de sentido, sendo o resultado de uma ação linguística cujas fronteiras são, em geral, definidas por seus vínculos com o mundo no qual eles surgem e funcionam.

Nessa perspectiva, partimos do pressuposto de que os saberes ocultados na memória dos indivíduos precisam ser ativados para que o processo de produção de sentido tenha êxito. Nesse processo, as atividades interpretativas geram expectativas, resultantes das atividades de compreensão e produção do texto.

Tomando como base os pressupostos da Linguística Textual, que aborda o texto como objeto de estudo a partir de uma atividade interacional, o objetivo central deste trabalho é verificar a possibilidade de uma leitura intertextual entre as obras citadas, possibilitando discutir as convergências e divergências passíveis de serem verificadas.

O termo intertextualidade surge com Júlia Kristeva, para quem:

O texto é, pois, uma produtividade, e isso significa que: 1) a sua relação com a língua da qual faz parte é redistributiva (destrutivo-constructiva), sendo, por conseguinte, abordável através de categorias lógicas mais do que puramente

lingüísticas; 2) é uma permutação de textos, uma intertextualidade: no espaço de um texto, vários enunciados, vindos de outros textos, cruzam-se e neutralizam-se. (KRISTEVA, 1970. p. 143.)

A linguista francesa definiu o termo (intertextualidade) após leituras de Mikhail Bakhtin, como podemos verificar no texto abaixo:

O eixo horizontal (sujeito-destinatário) e o eixo vertical (texto-contexto) coincidem para desvelar um fato maior: a palavra (o texto) é um cruzamento de palavras (de textos) em que se lê pelo menos uma outra palavra (texto). Em Bakhtin, aliás, esses dois eixos, que ele chama respectivamente diálogo e ambivalência, não são claramente distinguidos. Mas essa falta de rigor é antes uma descoberta que Bakhtin é o primeiro a introduzir na teoria literária: todo texto se constrói como um mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um texto. (KRISTEVA, 1969, p.145 apud SAMOYAULT, 2008, p. 16)

Júlia Kristeva se vale do dialogismo bakhtiniano, o qual se apresenta n' *A Poética de Dostoievski* através da “multiplicidade de discursos”, em que os vocábulos dialogam entre si, carregando toda a carga semântica necessária para a excelência da obra.

Notamos, portanto, que apenas os alicerces teóricos e a primazia ao texto é que diferem as terminologias usadas por ambos. Bakhtin usa do **dialogismo**, da **polifonia** e Kristeva, da **intertextualidade** (*grifos nossos*). Contudo, essa presença de várias vozes que ressoam de um mesmo modo resultando no diálogo de ideias, é a mesma abertura de palavras feitas ao outro (ou a outros) para que haja a produção de sentido através de retomadas de algo já-dito, mas que se faz novo, em um novo contexto e sob uma nova ótica, realizado de maneira intertextual.

Koch et al. (2008), em seu livro: *Intertextualidade: diálogos possíveis*, na parte introdutória, discorrem acerca da trajetória percorrida pela Linguística Textual e nos apresentam o diálogo entre as diversas disciplinas que tem permitido a compreensão de certos fenômenos linguísticos que antes não podiam ser observados. Neste contexto, as autoras apresentam a intertextualidade como um dos grandes focos de estudo da atualidade, sob as mais variadas perspectivas teóricas.

Sendo assim, o fenômeno da intertextualidade é abordado amplamente por vários pesquisadores, entretanto, a forma mais explanada sobre o assunto é a da menção de uma obra literária em relação a outra, salientando-se o sentido de se reconhecer cada texto como constituinte de um intertexto, em uma sucessão de textos já escritos ou a serem elaborados.

Há vários níveis acerca do fenômeno. Podemos inclinar-nos sobre o conceito *stricto sensu*, quando o texto remete a outros textos ou ainda quando fragmentos de textos realmente produzidos acabam por relacionarem-se. E sobre o *lato sensu* (de acordo com a perspectiva da Linguística Antropológica, representada pelo trabalho de Bauman e Briggs (1995)), em que temos a apresentação das relações entre gênero, intertextualidade e poder social, assumindo que as ligações que podem ser estabelecidas entre os textos não ocorrem apenas por meio de enunciados isolados, mas de modelos gerais e/ou abstratos de produção e recepção de textos/discursos. (KOCH et al., 2008)

Marcando a presença de um texto anterior no atual, temos a **citação** que se apresenta marcada graficamente, por aspas ou itálicos. Na qual nitidamente distinguimos a voz emprestada do outro naquele momento textual. É nítida essa presença do outro na citação, uma vez que se visualiza os dois textos. Entretanto Samoyault (2008, p. 67).

A **referência**, que normalmente vem ao lado da citação, mas não necessariamente; é responsável pelo acesso à biblioteca, pela exposição do termo citado. Entretanto, Genette não a inclui em sua tipologia intertextual.

A **alusão** é a menção praticamente semântica e totalmente subjetiva, cabendo ao leitor identificá-la ou não. O que não compromete o entendimento o texto.

Já o **plágio** é a apropriação indevida do texto do outro. Há quem diga, como Michel Schneider, que sempre plagiamos o outro:

(...) um texto não existe sozinho, é carregado de palavras e pensamentos mais ou menos conscientemente roubados, sentem-se as influências que o subtendem, parece sempre possível nele descobrir-se um subtexto. Generalizando a noção de plágio para todas as formas de influência e de intertextualidade. (SAMOYAULT, 2008, p. 42).

Barthes também generaliza o termo em relação à literatura: “Na literatura, tudo existe: o problema é saber onde” (BARTHES, 1984 apud SAMOYAULT, 2008, p. 51). Lembrando da máxima de que “copiar não é criar”, o plágio se opõe à literatura. No plágio não há como discernir o texto do intertexto, pois se dá uma apropriação sem o intuito de se perceber a voz do outro.

Sendo assim, o plágio, a referência e a alusão possibilitam uma presumível ambiguidade, pois depende da astúcia leitor e de sua carga cultural para que haja a percepção intertextual.

Deixando a relação de co-presença e desenvolvendo a ideia de derivação, temos a **paródia** que trabalha com a transformação que pode ocorrer de maneira deformativa em relação ao texto anterior, todavia mantendo sempre uma conexão. Erroneamente intitulam este termo de formas depreciativas, assim como ao parodista, atribui-lhe um tratamento ‘inferior’ em relação ao redator do texto precedente.

A paródia ocupa-se do subversivo para a compreensão da transformação ocorrida, enquanto que o **pastiche** desenvolve uma relação de imitação direta com o texto. Na Antiguidade Clássica, essas duas formas, de tão próximas, se confundiam.

O pastiche se caracteriza por uma certa imparcialidade de quem o escreve, pois o redator se prende em imitar o estilo ou o gênero, deixando, de certa forma, seu estilo e suas características à espera.

Somando-se à paródia e ao pastiche, Genette apresenta ainda, o **disfarce burlesco** que designa a reescrita, num estilo baixo, de uma obra, cujo assunto é conservado. Enquanto a paródia é a transformação de um texto, em que o tema é alterado, mas o estilo, conservado.

A paródia e o pastiche conferem certa homogeneidade visto que não faz presente o texto anterior. Ao passo que as outras formas intertextuais garantem uma heterogeneidade.

Por conseguinte, os processos de construção textual se dão com os participantes do ato comunicativo criando sentidos e interagindo com outros seres humanos. Sendo diversas as relações de sentido entre as linguagens verbais e não verbais, mas nelas sempre visualizamos as relações intertextuais, seja no cinema, com seus vários códigos, transpostos criando novas relações de sentidos; sejam nas obras literárias; artes plásticas; músicas; anúncios publicitários, dentro de gêneros semelhantes ou distintos.

2 O corpus

Os textos selecionados para análise foram: a obra regionalista da Literatura Brasileira escrita por Graciliano Ramos, *Vidas Secas* e a parábola d’“O filho pródigo, também conhecida como uma das três parábolas da misericórdia, localizada no Evangelho de Lucas, no Novo Testamento.

Considerado um romance cíclico, *Vidas Secas*, inicia-se e se finda com uma mesma situação, a busca por um espaço melhor para sobrevivência. A obra descreve a vida de uma família de sertanejos fugitivos da seca, de vocabulário mingauado, sem destino e sem grandes perspectivas, o que nos leva a identificar o drama da privação e o conflito das necessidades, vivido pela família.

A parábola d’“O filho pródigo que se alonga por 22 versículos, está localizada no capítulo 15 do Evangelho de Lucas, os quais nos proporcionam momentos de reflexão sobre o arrependimento, a generosidade e a inveja, sentimentos vivenciados pelos três integrantes da família (os dois filhos e o pai) diante dos conflitos interiores que se dão no texto.

Ambas as obras expõem uma relação familiar conflituosa, porém rica na apresentação de detalhes que proporcionam uma análise linguística ampla.

2.1 A “Parábola do Filho Pródigo”

De acordo com o dicionário Aurélio (1986), parábola é uma narração alegórica na qual o conjunto de elementos evoca, por comparação, outras realidades de ordem superior. Trata-se de uma história curta, cujos elementos são eventos e fatos da vida cotidiana. Esses acontecimentos ilustram uma verdade moral ou espiritual contida na história. Este vocábulo possui grande flexibilidade de emprego, pois abarca diferentes aspectos da linguagem figurada. Certamente, Jesus Cristo não é o autor do gênero literário parabólico, embora com Ele, as parábolas sejam *sui generis*, em criatividade e objetividade.

A parábola d’“O filho pródigo é

um exemplo de alta literatura em vários aspectos. É, sem comparação, um dos melhores exemplos de narrativa, já vistos, com seu apelo penetrante à emoção e à imaginação do ouvinte; com sua forma sucinta, bem elaborada; e sua mensagem mobilizadora. (MACARTHUR, 2009, p. 21)

2.1.1 O suporte bíblico: evangelho

Do grego, *euangélion*, *a priori* indicava ‘gorjeta’, a quem anunciasse uma agradável notícia, posteriormente foi acoplado o significado de ‘boa-nova’:

Falava-se de “evangelho”, nas cidades gregas, quando ecoava a notícia de uma vitória militar, quando os arautos noticiavam o nascimento de um rei ou

de um imperador, a sua entronização ou a sua visita. Ao termo estava unida a ideia de festa com cânticos, luzes e cerimônias festivas. Era em suma, o anúncio da alegria, porque continha uma certeza de bem-estar, de paz e salvação. (BATTAGLIA, 1984, p. 20)

O termo evangelho, portanto, pode ser compreendido como a festiva notícia da vinda do Cristo e a proclamação de sua missão, regada de ensinamentos.

Os evangelhos, embora carregados de uma significância que condiz com a fé - o que os torna, portanto, inquestionáveis para os religiosos - são frutos da atividade humana enquanto produção literária, sendo assim, são portadores de imperfeições, dadas as várias traduções feitas, que nos foram transmitidas.

Se nos atentarmos para a leitura dos Evangelhos perceberemos os resquícios de um estilo oral, que caracterizava as pregações de Jesus:

... Jesus, que foi um pregador popular e se preocupou de inculcar na memória dos ouvintes as verdades em fórmulas breves, paralelas, paradoxais, ligando muitas vezes o seu ensinamento a parábolas e fatos concretos e visíveis. O ritmo e o paralelismo das frases ajudam a memória e são indispensáveis para conservar fielmente um ensinamento, num ambiente que vive ainda num estágio de civilização da palavra e do papel. (BATTAGLIA, 1984, p. 71)

O material recolhido pelos evangelistas era documentos catequéticos e, cabiam a eles (evangelistas) moldá-los. E se considerarmos os princípios da Linguística Textual que, a partir dos anos 80, volta-se para a relação texto/autor/leitor, conseguimos co-relacionar às preocupações desses escritores, para quem era notável o apreço às “exigências pessoais, históricas e dos leitores aos quais o livro² é dirigido”. (BATTAGLIA, 1984, p. 76)

Partindo de um tema religioso, os evangelistas aperfeiçoaram os materiais recolhidos e se emolduraram como autores literários.

Sobre a genericidade, ou melhor, sobre a heterogeneidade tipológica³ nos Evangelhos, a começar pela própria palavra, bíblia, denotativa e etimologicamente ela já se incumbe de explicitar. É a compilação de vários livros, portanto de vários gêneros (cartas, cânticos, salmos, parábolas, etc.) ao que nos cumpre uma facilitação em informar sobre seu hibridismo genérico. Adequando-se, sobretudo, a um suporte qualificado como convencional por Marcuschi (2008, p. 177): “Trata-se de um suporte maleável, mas com formatos definidos pela própria condição em que se apresenta, (...) O livro comporta os mais diversos gêneros que se queira”.

² O livro referido aqui é a bíblia. Obra mais vendida e mais lida mundialmente.

³ A heterogeneidade tipológica consiste na apresentação de um gênero com a presença de vários tipos.

O autor do terceiro livro do Novo Testamento, cristão convertido, Lucas, apresenta-nos um “alegre anúncio da salvação trazida por Cristo”. Originário de Antioquia⁴, na Síria. Era amigo do apóstolo Paulo, de quem foi discípulo fiel, e, tanto pelo estilo quanto pela linguagem oferece-nos evidências convincentes de que foi o autor do livro de Atos⁵.

2.2 *Vidas Secas*

Cabe-nos destacar que *Vidas Secas*, publicado em 1938, é uma obra do gênero regionalista, registrada no Modernismo, que descreve uma realidade social com um cenário tradicionalmente nordestino, narrado em terceira pessoa, funde consciência, onisciência e inconsciência do narrador. Descreve a vida de uma família de sertanejos fugitivos da seca, desafortunados e sem grandes perspectivas de sobrevivência.

O livro é composto por várias narrativas nucleares seccionadas em que os fatos finalizam em si, com uma linguagem reproduzida em monólogos interiores pelos personagens, até mesmo os animais, explicitando o restrito vocabulário e confirmando a ausência de expressividade, refletida na escassez da vida que levam.

3 Análise

Enquanto que na parábola, que está situada no Evangelho de Lucas, 15. 11-32, a família encontra-se destituída de nomes, sendo apenas designada em função de seu relacionamento familiar, apresentando oscilações entre eles, em função dos acontecimentos familiares, revelando diferentes processos psíquicos.

A partir do confronto entre as terminologias usadas nos dois textos, verificamos:

- a ausência de nomes/ **anonimato**: As crianças são referidas no romance como o “menino mais velho” e o “menino mais novo”. Já na parábola bíblica, as personagens são designadas apenas em função do seu relacionamento familiar: pai, filho mais velho, filho mais novo.

⁴ No império romano, Antioquia ocupava o terceiro lugar entre os centros mais importantes. Vindo após Roma e Alexandria. (BATTAGLIA, 1984, p. 187)

⁵ Atos é o primeiro livro após os quatro evangelhos bíblicos.

- ideia de **abandono**: Enquanto em *Vidas Secas* é o pai quem chega a pensar em abandonar o filho, na parábola d'O Filho pródigo, é o *filho mais novo* que, não só pensa, mas, acaba por abandonar o pai em busca da liberdade.
- o **dilema entre a aventura e a fidelidade**: a busca pela liberdade, associada à migração da família nordestina em busca da subsistência e a do filho pródigo que requer sua herança.

Em *Vidas Secas*, a ausência de nomes e de caracteres específicos acaba por projetar as personagens ao anonimato, formulando assim um caráter de denúncia. Já, em “O filho pródigo”, a destituição dos nomes, revela o caráter alegórico que impregna os comportamentos humanos, revelando diferentes processos psíquicos.

Considerações finais

A partir deste estudo de natureza comparativa que aproximou estas narrativas ficcionais, investigamos o contexto histórico-social que possibilitou a inspiração para a criação das obras e analisamos os recursos narrativos que dão significância às ações das personagens, justificando seu anonimato e sua conduta.

Diante do meio adverso em que vivem, o anonimato e o comportamento das personagens tornam-se questionáveis e equivalentes,

Neste trabalho, pudemos verificar, ainda, a relação intertextual entre as duas obras, considerando a intertextualidade como mecanismo auxiliador da formação de leitores.

Referências bibliográficas

BASTOS, L. K. *Coesão e coerência em narrativas escolares*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BEAUGRANDE, R. *New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication and freedom of access to knowledge and society*. Norwood, New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1997.

CESPES, L. L. S. L. *Gêneros interpessoais e ensino: interação em práticas sociais*. 2009. 107f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Curso de Pós-graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 1265.

PAULINO, G.; WALTY, I.; CURY, M. Z. *Intertextualidades: teoria e prática*. 6. ed. São Paulo: Formato, 2005.

GRILLO, S. V. C. Gêneros primários e gêneros secundários no círculo de bakhtin: implicações para a divulgação científica. *Alfa*, São Paulo, 52 (1): 57-79, 2008.

KOCH, I. G. V. *A Coesão Textual*. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____ & TRAVAGLIA, L. C. *A coerência textual*. São Paulo, Contexto, 1995.

KRISTEVA, Julia. O texto fechado. In: BARTHES, Roland; et al. (Orgs.) *Linguística e literatura*. Lisboa: Edições 70, 1970.

MARCUSCHI, L. A. *Linguística de texto: o que é e como se faz*. Recife: Editora da UFPE, 1983.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. Semântica e argumentação: diálogo com Oswald Ducrot. *DELTA*, São Paulo, fev. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501998000100008&script=sci_arttext>. Acesso em: 4 jun. 2010.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*, v. 1. São Paulo: Contexto, 2002.

Possenti, Sírio. Sobre a leitura: o que diz a análise do discurso. In: Marinho, Marildes (Org.). *Ler e navegar: espaços e percursos da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

RAMOS, G. *Vidas Secas*. 40. ed. Rio de Janeiro: Record, 1978.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. *Análise de gêneros do discurso na teoria bakhtiniana: algumas questões teóricas e metodológicas*. Revista Linguagem.

SAMOYAUULT, Tiphaine. *A intertextualidade*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. (Linguagem e cultura, 40).

SOUZA, Eneida Maria de. Os bastidores do texto. In: PAULINO, Graça; WALTY, Ivete; CURY, Maria Zilda. *Intertextualidades: teoria e prática*. 6. ed. São Paulo: Formato, 2005. p. 7-9.